ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DO VALE DE SANTARÉM

ATA Nº 04 - 2021/2025

Aos 22 dias do mês de abril de 2022, reuniu pelas 21:30h, na sala de reuniões da Junta de Freguesia, a Assembleia de Freguesia do Vale de Santarém.

A sessão ordinária foi convocada nos termos do **nº 1 do artigo 11º da Lei 75/2013**, com a seguinte **Ordem de Trabalhos**:

1. **Apreciação da informação escrita do Sr. Presidente da Junta** das atividades mais relevantes e situação financeira no período de dezembro de 2021 a 31 de março de 2022.
2. **Apresentação e apreciação do Inventário.**
3. **Apreciação, discussão e votação da Proposta n.º 8 –** Dos documentos de prestação de contas.
4. **Apreciação, discussão e votação da Proposta n.º 9 –** 1ª Revisão Orçamental.
5. **Apreciação, discussão e votação da Proposta n.º 10 –** 1ª Revisão do PPI.
6. **Apreciação, discussão e votação da Proposta n.º 11 –** Contratos de delegação de competências.
7. **Outros assuntos de interesse para a freguesia.**

Presidiu à Assembleia Manuel Neves, coadjuvado por Maria do Rosário Antas, designada como primeira secretária e Helena Barreiro, designada como segunda secretária.

Faltou a esta sessão José David, da Coligação Democrática Unitária (CDU), tendo apresentado justificação. Foi substituído por Valentim Gomes. Também faltou a esta sessão José Manuel Alexandre Louro, do Partido Socialista (PS), tendo apresentado justificação. Foi substituído por Miguel Centeno (cartão de cidadão xxxx, válido até xxx), que tomou posse nesta assembleia.

Assinaram a Lista de Presenças para além dos mencionados, os seguintes Membros:
- Do Partido Socialista (PS): José Luís Cruz.
- Da Coligação Democrática Unitária (CDU): Inês Bruno.

- Do Partido Social Democrata (PSD): Ana Chagas e Paulo Sousa.

Esteve presente o executivo da Junta de Freguesia, o Sr. Presidente Manuel João Custódio e a Secretária Sandra Barreiro.

O Presidente da Assembleia Manuel Neves abriu a sessão cumprimentando todos os presentes e, antes de passar aos pontos da ordem de trabalho, procedeu à votação da ata da sessão anterior que foi aprovada por unanimidade.

Ponto nº 1

Apreciação da informação escrita do Sr. Presidente da Junta – Atividades mais relevantes e situação financeira.

- Inês Bruno (CDU), tomou a palavra solicitando as seguintes informações: na parte da correspondência enviada, qual o terreno a que se refere? O que foi falado com as Infraestruturas de Portugal (IP) sobre a proteção da Linha do Norte, Rua 25 de abril? Questionou ainda sobre a reunião com a técnica da APPACDM, o que é o programa C+? E qual a situação do Plano Diretor Municipal (PDM)?

- Paulo Sousa (PSD), tomou a palavra solicitando ao Presidente da Junta uma explicação mais esclarecedora do que foi debatido sobre o PDM.

- Manuel João Custódio (Presidente da Junta) começou por responder a Inês Bruno (CDU) informando que o terreno ali referido tem a ver com o cemitério e com o processo de doação deste para a Junta de Freguesia, pois o terreno pertence à Câmara Municipal de Santarém (CMS). No que respeita à correspondência com as IP, foi abordado o tema da proteção com a rua 25 de abril na urbanização quinta da Mota, que é paralela à linha, assim como o barulho que os comboios fazem junto à zona residencial. As IP, responderam que os comboios não pertencem a esta entidade, mas sim as linhas, que por sua vez estão atualizadas e de acordo com os parâmetros exigidos. Estão previstas obras na linha de Santarém e Vale de Santarém, mas não adiantaram datas. No que respeita à protecção, solicitámos a colocação de uma rede de modo a evitar a passagem de pessoas ou animais para a linha, porém foi-nos respondido que a urbanização quando foi feita já existia a linha e isso deveria ter sido acautelado logo no projeto inicial. São assuntos demorados, mas o Executivo irá continuar a insistir numa solução. Quanto ao programa C+ refere-se às pessoas da APPACDM que estão a trabalhar na Junta de Freguesia, e são realizadas reuniões regulares que servem para acompanhar a situação em articulação com a APPCDM e o IEFP. Em relação ao PDM, a reunião realizada em Santarém não adiantou muito, foi mais informativa e mais dirigida aos Presidentes de Junta eleitos recentemente. No que respeita ao Vale de Santarém, vai ser beneficiado com o alargamento do perímetro urbano, mas são zonas consolidadas e deu como alguns exemplos o Bairro do

Rouxinóis e o campo de futebol. Também há a possibilidade de uma exceção para uma área maior de construção no Alto do Vale, mas ainda será objeto de discussão pública. No entanto, o Presidente não ficou satisfeito devido ao Rio das Patas e da Rua das Paponas manterem-se como zona agrícola/hortas, pois a ideia do executivo é que, pelo menos, uma parte seja área de implantação.

Valentim Gomes (CDU) sugeriu que, se possível, quando houvesse uma reunião com os técnicos da CMS e o executivo, pudessem também os membros da Assembleia estarem presentes para melhor esclarecimento. Essa ideia, porém, já sugerida no anterior mandato, é algo que os técnicos da CMS não fazem, esclareceu o Presidente da Junta. No entanto, ficou acordado por unanimidade nesta Assembleia e com a concordância do Executivo, ser redigida uma nova proposta, para que esse tipo de reunião possa acontecer.

Ponto nº 2

Apresentação e apreciação do Inventário.

Valentim Gomes (CDU) verificou que ainda não consta o terreno do edifício da Junta de Freguesia no inventário. E questionou sobre o que falta para se proceder a essa atualização?

Inês Bruno (CDU) esclareceu que, para passar para o nome da Junta por usucapião, necessita de ultrapassar um processo demorado de transição.

Manuel João (Presidente da Junta) informou que este assunto está a ser tratado e que falta quase tudo, pois o terreno do edifício não está em nome da CMS, nem em nome da Junta de Freguesia. Existem também alguns registos, que pertencem a uma área do domínio público. É um problema complexo e burocrático, que o Presidente gostaria que ficasse resolvido neste mandato.

Ponto nº 3

Apreciação, discussão e votação da Proposta n.º 8 - Dos documentos de prestação de contas.

Paulo Sousa (PSD) tomou a palavra para perguntar sobre a tabela da pag. 12 (pág. 10 do rodapé), porque é que houve baixa taxa de execução, quer nas receitas, quer na despesa. E se não deveriam ser iguais, uma vez que o dinheiro entra e sai?

- Manuel João Custódio (Presidente de Junta) respondeu que foram verbas que não se gastaram porque não houve necessidade, por outro lado, tem uma taxa de execução de 96% das verbas recebidas através da CMS, não chegando aos 100% devido à Escola ter sido remodelada e não ter sido gasto pela Junta o valor que se previa. Há ainda o facto de que, se a Junta puder fazer o trabalho com menos verba com os recursos que tem, opta sempre por esta

via, poupando assim nas despesas. No que respeita à receita, é dinheiro que não foi recebido através da CMS.

- Paulo Sousa (PSD) perguntou ainda sobre a diferença das Receitas de capital da pág. 10, cerca de 71 mil euros e da receita orçamentadas da pág. 13, cerca de 31 mil euros. Tendo sido esclarecido que, a este último valor tem de se somar o saldo das contas da gerência, daí a diferença. Questionou ainda, na pag.19, onde diz total de receita de Capital, porquê está a zeros, sendo esclarecido que este campo é para receitas de anos anteriores.

- Valentim Gomes (CDU) salienta que a politica do executivo até em mandatos anteriores tem sido recorrer aos recursos próprios para não aumentar as despesas de capital, não pondo em causa essa estratégia, esclarece que a abstenção da CDU tem a ver com o facto de as receitas por parte da CMS não serem suficientes para o que a Junta necessita, assim como, o próprio Presidente da Junta de Freguesia referir na introdução do documento, que tem esperança na ajuda financeira da CMS para concretizar os objetivos e projetos que todos anseiam. Valentim Gomes concluiu a sua intervenção, indicando que a abstenção da CDU se ficava a dever essencialmente, à não execução de determinados investimentos, considerados prioritários para a CDU, como sejam o alargamento do cemitério e conclusão da Rua da Açude.

- José Luís Cruz (PS) tomou a palavra sublinhando que a politica do Executivo de fazer o possível com os recursos que tem, permite não só poupar verba como gerar postos de trabalho na freguesia.

A Proposta n.º 8 foi colocada à votação, tendo sido **aprovada com cinco votos a favor (PS) e quatro abstenções, 2 (CDU) e 2 (PSD)**.

Foi elaborada e aprovada a Ata em Minuta desta proposta conforme os procedimentos legais.

Ponto nº 4

Apreciação, discussão e votação da Proposta n.º 9 – 1ª Revisão Orçamental.

Paulo Sousa (PSD) tomou a palavra para perguntar, uma vez que estão previstas despesas com mercados e instalações sanitárias, se está algo planeado para as instalações do Mercado.

- Manuel João Custódio (Presidente de Junta) respondeu que a ideia principal é a requalificação do edifício do Mercado, para tal deve ter sempre verbas nesta rubrica. Caso a verba não for utilizada poderá ser realocada noutra rubrica. Foram transitados cerca de 62 mil euros do ano passado e estes têm de ser distribuídos pelas várias rubricas de acordo com as prioridades ou planeamento do executivo. No entanto, com o decorrer do tempo, existe ou

pode existir, a necessidade de alterar as prioridades ou surgirem outras situações urgentes que façam com que a despesa seja alocada de forma diferente.

Valentim Gomes (CDU) solicitou informação sobre a verba corrigida que se eleva a cerca de 25 mil euros, tendo sido explicado que tem a ver com o Programa C+ e que é um fundo com transferência direta que é só destinado para aquele âmbito.

A Proposta n.º 9 foi colocada à votação, tendo sido aprovada por **unanimidade**.

Ponto nº 5

Apreciação, discussão e votação da Proposta n.º 10 – 1ª Revisão do PPI.

Não houve inscrições.

A Proposta n.º 10 foi colocada à votação, tendo sido aprovada por **unanimidade**.

Ponto nº 6

Apreciação, discussão e votação da Proposta n.º 11 – Contratos de delegação de competências.

- Paulo Sousa (PSD) tomou a palavra para questionar se a verba para a Escola que está orçamentada será suficiente após a delegação de competências. No anexo I, o tipo de intervenções não estão previstas despesas no parque infantil, nem em material informático . E se for necessário alguma intervenção, de quem é a responsabilidade?

- Manuel João Custódio (Presidente de Junta) respondeu que as intervenções nos casos mencionados são da responsabilidade da CMS, ficando a Junta de Freguesia com as pequenas manutenções/reparações no exterior. Quanto à verba, esta vai chegando, mas se for necessário, pode ser reforçada. Deu um exemplo que aconteceu recentemente na Escola, que devido a um fio mal apertado no exterior, ficaram danificados os equipamentos de ar condicionado, os quadros interativos, computador portátil, algumas lâmpadas LED e mais alguns equipamentos. Ainda estão à espera de resolver esta situação, uma vez que foi da responsabilidade de quem fez as obras e há uma garantia de 5 anos. A Junta não pode fazer nada, para não perder a garantia. Esclareceu ainda que as delegações de competências ficaram sem grandes alterações em relação ao que estava anteriormente.

- Valentim Gomes (CDU) salientou que os jardins são da responsabilidade da CMS e que no anexo onde está o quadro com as freguesias todas, falta a Romeira e Várzea. Alertou ainda que nas transferências financeiras o valor mantem-se para os jardins e espaços verdes e já não são da responsabilidade da Junta. Foi esclarecido pelo Presidente Manuel João, que a manutenção dos espaços verdes ainda se mantem na Junta de Freguesia, que o documento foi elaborado

pela CMS pelo que a ausência da Romeira de Várzea terá sido um lapso deles e que a transferência financeira ficou mais favorável para a Junta.

- Manuel João Custódio (Presidente de Junta) informou ainda que poderá ser diminuída a verba atribuída para a manutenção das escolas, pois as Juntas de freguesia não estão a conseguir gastar 100% do que está atribuído.

A Proposta n.º 11 foi colocada à votação, tendo sido aprovada por **unanimidade**.

Foi elaborada e aprovada a Ata em Minuta desta proposta conforme os procedimentos legais.

Ponto nº 7

Outros assuntos de interesse para a freguesia.

- José Luís Cruz (PS) tomou a palavra para propor um **Voto de Pesar** pelo falecimento de Eunice Muñoz.

- Valentim Gomes (CDU) concorda com o voto de pesar, acrescentando que deverá ser transmitido à família, eventualmente através da neta de Eunice Muñoz.

Foi aprovado por unanimidade.

- Foi apresentada uma **Moção do (PS)** sobre o parque infantil do Jardim do Vale de Santarém. Foi retirado o 1º paragrafo para ser mais abrangente e não apenas dos eleitos do PS. Foi colocada à votação tendo sido **aprovada com os votos a favor do PS (5 votos) e CDU (2 votos) e abstenção do PSD (2 votos).** O PSD apresentou uma declaração de voto: "O PSD absteve-se nesta moção porque se pauta por uma conduta que baseia as suas decisões em factos e informações credíveis, não cedendo à tentação de votar sem possuir estes elementos. A bancada do PSD não tinha em sua posse informações da CMS que expliquem o atraso e informações da CMS sobre o ponto de situação da reposição do parque infantil. O PSD está consciente das consequências da ausência do parque infantil para a população do Vale de Santarém, em particular para as crianças, comprometendo-se por isso a procurar junto da CMS informar-se sobre o ponto de situação e as razões do atraso, bem como procurar agilizar o processo para que o parque infantil volte ao Vale de Santarém o quanto antes."

- Manuel João (Presidente da Junta) complementou a informação que o Presidente da CMS lhe disse que, em 2022 estava previsto o projeto do parque infantil do jardim e para 2023 o parque infantil da Escola.

- Valentim Gomes (CDU) gostaria que ficasse em ata que perto das eleições foram arranjados parque infantis noutras freguesias e o Vale fica mais um ano sem parque e, eventualmente, apenas com o projeto.

- José Luís Cruz (PS) quis manifestar a discordância com a posição do PSD na votação desta Moção uma vez que, independentemente de quem tem responsabilidades na CMS, no caso até o pelouro está atualmente com um Vereador do PS, devemos defender os interesses da população do Vale de Santarém.

- Foi apresentada uma **Moção do (PS e PSD)** sobre a invasão da Ucrânia por parte da Federação Russa. Foi retirado o 1º paragrafo e mais à frente no documento, onde consta as bancadas do PSD e do PS, substituído pelos membros da Assembleia. Foi colocada à votação tendo sido **aprovada por unanimidade.**

- Valentim Gomes (CDU) gostaria que ficasse em ata que não se trata só de uma guerra, mas de uma condenação de uma invasão. Isto, independentemente de crença ou ideologia, mas enquanto cidadão, há que lembrar que uma guerra traz sempre morte e destruição e isto sobrepõe-se a tudo. Tem ainda esperança que o português que ocupa o mais alto cargo na ONU possa ajudar. A CDU subscreve.

- Foi apresentada uma **Moção da (CDU)** sobre o 25 de abril.

- José Luís Cruz (PS) concorda com a moção, mas chama à atenção que partidos fundadores da democracia (PS, PCP, PSD e CDS) onde também constam partidos de direita, pelo que sugere que deveria ser retirada a parte "politicas de direita".

- Valentim Gomes (CDU) salienta o poder local e a satisfação com que nele participa graças ao 25 de abril.

- Paulo Sousa (PSD) quis salientar a sua posição pessoal em relação às regiões administrativas que se encontram mencionadas na moção, pois não é a favor da regionalização. Porém, o PSD subscreve a moção.

- Foi retirado o parágrafo onde consta "políticas de direita". A Moção foi colocada à votação e **aprovada por unanimidade**.

- Ana Chagas (PSD) tomou a palavra felicitando a Junta pela iniciativa de apoio à Ucrânia. Por outro lado, perguntou ao Presidente porque é que o Vale de Santarém não teve uma tenda nas festas de S. José e também se não seria possível colocar um Ecoponto no cruzamento entre a Rua do Gaspar e a Rua das Paponas.

- Valentim Gomes (CDU) sugere que no protocolo de cedência do terreno da antiga Escola Básica entre a Junta e a CMS que legalmente pode apenas ir até aos 10 anos, se crie uma clausula para que este se renove automaticamente por igual período quando expirar o prazo. Podendo assim a APPACDM fazer os projetos e os investimentos nessas instalações.

- Paulo Sousa (PSD) questionou qual o prazo de pagamento para as pessoas que tiveram nas mesas de voto nas ultimas eleições legislativas. Alertou que o INIAV deixou passar o prazo de candidatura a projeto perdendo cerca de 5,2 milhões de euros que iria investir na Estação Zootécnica.

- José Luís Cruz (PS) concordou com o ultimo ponto do Paulo Sousa e sugeriu que se fizesse uma moção com os três partidos da Assembleia de forma a manifestar o desagrado ao INIAV e à Ministra da Agricultura e deputados do distrito de Santarém.

- Manuel João (Presidente da Junta) respondeu que o Vale de Santarém esteve representado pela Sandra Barreiro na Igreja, no entanto, dirigiu convites à Sociedade Recreativa e Operária e ao Rancho que não tiveram meios humanos e disponibilidade para ter uma tenda nas Festas de S. José. Assim como, a Junta também não teve possibilidade e a tarefa tem de ser dividida por todos. No que respeita aos ecopontos, há cerca de dois anos foram colocados novos, mas os serviços dizem que para essa zona em concreto há dois locais de recolha que servem as necessidades. Quanto às eleições a Junta não sabe responder, o que tem sido feito é que quando recebe o dinheiro da CMS é logo distribuído pelas pessoas que tiveram nas mesas. O projeto da escola tem a ver com o estudo prévio do arranjo do espaço exterior da Escola Básica. No que respeita aos fundos perdidos pelo INIAV, já falou com o Presidente da CMS que não sabe responder. Respondendo ao Valentim Gomes, o Presidente também falou com o Sr. Amaral da APPCDM de forma a resolver esta questão dos prazos, pois temos de dar as condições às pessoas. Falou ainda sobre as atividades previstas no 25 de abril.

- Paulo Sousa (PSD) ainda sobre a resposta do Sr. Presidente Manuel João à Ana Sousa (PSD) relativamente às festas de S. José disse que percebia que a CMS tenha avisado em cima da hora contudo, estão aqui nove pessoas eleitas e mais as restantes integrantes nas listas às últimas autárquicas e três do executivo. Todos quando nos candidatámos comprometemo-nos a abdicar um pouco do nosso tempo em prol da Freguesia. Para a próxima vez, agradece que seja feito o convite aos membros da Assembleia, para poderem participar na representação da Vila. Entre todas estas pessoas deverá ser possível encontrar algumas com disponibilidade, uma vez que, a ausência da Freguesia nestes eventos apenas prejudica a própria Freguesia.

O Presidente da Assembleia passou a palavra ao público

Sr. Carlos Oliveira tomou a palavra revelando-se estupefacto pelo edifício da Junta e o próprio terreno não pertencerem nem à Junta, nem à CMS e nem se sabe a quem. Ora se este edifício foi construído nos mandatos do Alfredo Lobato, como é que passou tanto tempo e por tantos executivos sem resolver este problema? Acrescentou ainda que estranha que 72 pessoas tenham concorrido nas eleições autárquicas e, muitas vezes, é o único como público na Assembleia, culpando os partidos por não saberem cativar e mobilizar as pessoas.

Manuel João (Presidente da Junta) respondeu que no passado não teve conhecimento da situação, mas que está a tentar resolver o problema agora que teve conhecimento, assim como resolveu outros, como foi o caso do ringue/polidesportivo. A partir de 2009 com a legislação a obrigar a registar todos os edifícios, a Junta tem vindo a tratar de diversos casos, pois nessa data, em termos de património, não havia registo de muita coisa. São processos demorados e muito burocráticos e tudo leva o seu tempo.

E não havendo mais nada a tratar, o Presidente da Assembleia deu por encerrada a Assembleia de Freguesia pelas 00:30h.

O Presidente da Assembleia de Freguesia

(Manuel Neves)

1º Secretário da Mesa

(Maria do Rosário Antas)

2º Secretário da Mesa

(Helena Barreiro)